



PL que inclui categoria segurança privada na vacinação é aprovado na Câmara dos Deputados

Projeto de Lei agora vai para votação no Senado Federal



Foi aprovado no início da tarde desta quinta-feira (17) o Projeto de Lei (PL) 1011/2020, que trata da inclusão de categorias profissionais essenciais no Plano Nacional de Imunização (PNI) para a vacinação contra a Covid-19. O PL foi aprovado com a emenda de redação que incluiu os agentes de segurança privada no PNI.

Agora, o PL vai para votação no Senado e, em caso de aprovação, vai para a aprovação do presidente.

Várias categorias foram incluídas no plano de vacinação prioritária e esta inclusão foi fruto de muita pressão feita por nossa Confederação e pelas entidades sindicais filiadas a CNTV.

Também continuamos a pressão por outras frentes como projetos de leis estaduais, manifestações regionalizadas, audiências com o legislativo e executivo nos Estados e solicitando diretamente ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Por várias vezes restou claro que os vigilantes estão na linha de frente todos os dias e que a inclusão destes trabalhadores na prioridade para vacinação é questão de justiça.

Continuamos vigilantes na luta em defesa da vida.

Fonte: CNTV

ABSURDO: PATRÕES AGORA QUEREM QUE O SINDICATO DESISTA DE PROCESSOS CONTRA AS EMPRESAS



Presidente Dias avisou que não vai desistir das ações coletivas

Após Na audiência de mediação ocorrida nesta quarta-feira à tarde, os patrões, representados pelo Sindesp, apareceram com uma nova exigência e criaram outro impasse para um acordo.

Agora, para a negociação andar, eles querem que o Sindivigilantes do Sul desista de mais de dez processos, referentes a ações coletivas, que tem em andamento na Justiça do Trabalho contra empresas de vigilância que cometeram irregularidades.

Um absurdo, uma palhaçada!

Por isso, o Sindivigilantes do Sul e os outros sindicatos que participam da mediação – sindicatos de São Leopoldo, de Pelotas e de Uruguiana – pediram uma nova audiência, que ficou marcada para a próxima quarta-feira (23), às 16h30, para até lá analisarem melhor esta situação.

Assim como no ano passado, quando os patrões chegaram ao ponto de inventar uma briga com o Ministério Público por causa do Jovem Aprendiz, este ano eles também estão fazendo de tudo para inviabilizar um acordo.

Querem forçar o sindicato a aceitar TUDO que apresentaram na proposta deles.

Inclusive, uma cláusula que diz que os sindicatos devem pedir uma mediação da patronal antes de qualquer ação judicial ou administrativa contra as situações irregulares que encontrarem.

O Sindesp quer que os sindicatos peçam aos patrões licença para fiscalizar, era só o que faltava!

Ministério Público fez advertência

“Não vamos abrir mão de maneira alguma de nenhuma ação coletiva”, afirmou o presidente do Sindvigilantes, Loreni Dias. “As ações coletivas visam recuperar aquilo que o trabalhador já perdeu”, acrescentou.

Dando razão ao sindicato, o procurador do Ministério Público do Trabalho, Lourenço de Andrade, disse que vê com muita preocupação essa exigência da patronal.

Ele advertiu que o Ministério Público pode até mesmo assumir esses processos e levá-los até o fim, caso haja uma desistência deles pelo sindicato.

“Eu vejo com preocupação isso que eu ouvi de que a patronal está condicionando as negociações à dispensa de ações coletivas, eu não sei do que tratam as ações, mas isso pode levar o MP a assumir essas ações e levá-las até o final. E o questionamento ao sindicato profissional de uma atitude temerária porque, uma vez que a ação coletiva foi ajuizada, ela tem um motivo e a sua desistência tem que ser fundada”, afirmou o procurador.

Ele acrescentou:

“Não me parece que o condicionamento da negociação coletiva à desistência de ações coletivas que foram propostas em prol da categoria seja um motivo fundado. Vejo com preocupação isso, que não está

nem formalizado, gostaria que o sindicato profissional dissesse que ações são essas e que o sindicato patronal confirmasse se é isso mesmo, há essa condição? Isso tem que ficar bem esclarecido”, completou o representante do Ministério Público.

Cláusulas salariais

Quanto às questões salariais, os patrões estão mantendo a mesma proposta, de 6,01% de reajuste em 2021, além da recomposição das perdas passadas em cinco parcelas anuais de 0,76%, a partir de 2022.

Mas há divergência nisso também, porque os sindicatos reivindicam a reposição das perdas em quatro anos e o aumento deste ano retroativo à data-base.

É UMA MENTIRA o que alguém anda dizendo nos grupos de whatsapp que os patrões ofereceram menos dessa vez. Na verdade, o representante patronal referiu o índice de 5,53% para indicar que esse foi o percentual da inflação na data-base e que estão oferecendo mais meio por cento acima disso (6,01%).

Apresentaram a proposta por escrito, inclusive. No entanto, como em 2020 não houve aumento, continua uma perda de 4% para ser recuperada e que está em discussão.

Quanto às demais cláusulas prejudiciais aos vigilantes, querem manter tudo da mesma maneira, como a disponibilidade dos vigilantes de bancos para trabalhar nos finais de semana e o pagamento de apenas 30 minutos da hora intervalar não gozada, entre outras.

Vigilantes, não vamos desistir dos nossos direitos, vamos permanecer unidos, lutando por valorização, por um aumento justo e nenhum direito a menos. Todos nessa luta, juntos somos fortes!

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

Contraf-CUT disponibiliza materiais da campanha em defesa dos bancos públicos

Ação visa intensificar atuação de sindicatos de bancários de todo o país em defesa dos bancos públicos e de seus funcionários



A primeira parte dos materiais a serem utilizados pelos sindicatos dos bancários para a intensificação da ação em defesa dos bancos públicos foi disponibilizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). Todas as peças, inclusive em arquivos editáveis, podem ser acessadas na área restrita do site.

Os materiais foram pensados tendo como base a necessidade da utilização dos bancos públicos como impulsionadores de uma política econômica que geram benefícios para a sociedade, que trazem retornos, sociais e econômicos e fazem a economia girar. Também foi criada uma marca que mostra a necessidade de defesa (abraço) dos bancos públicos.

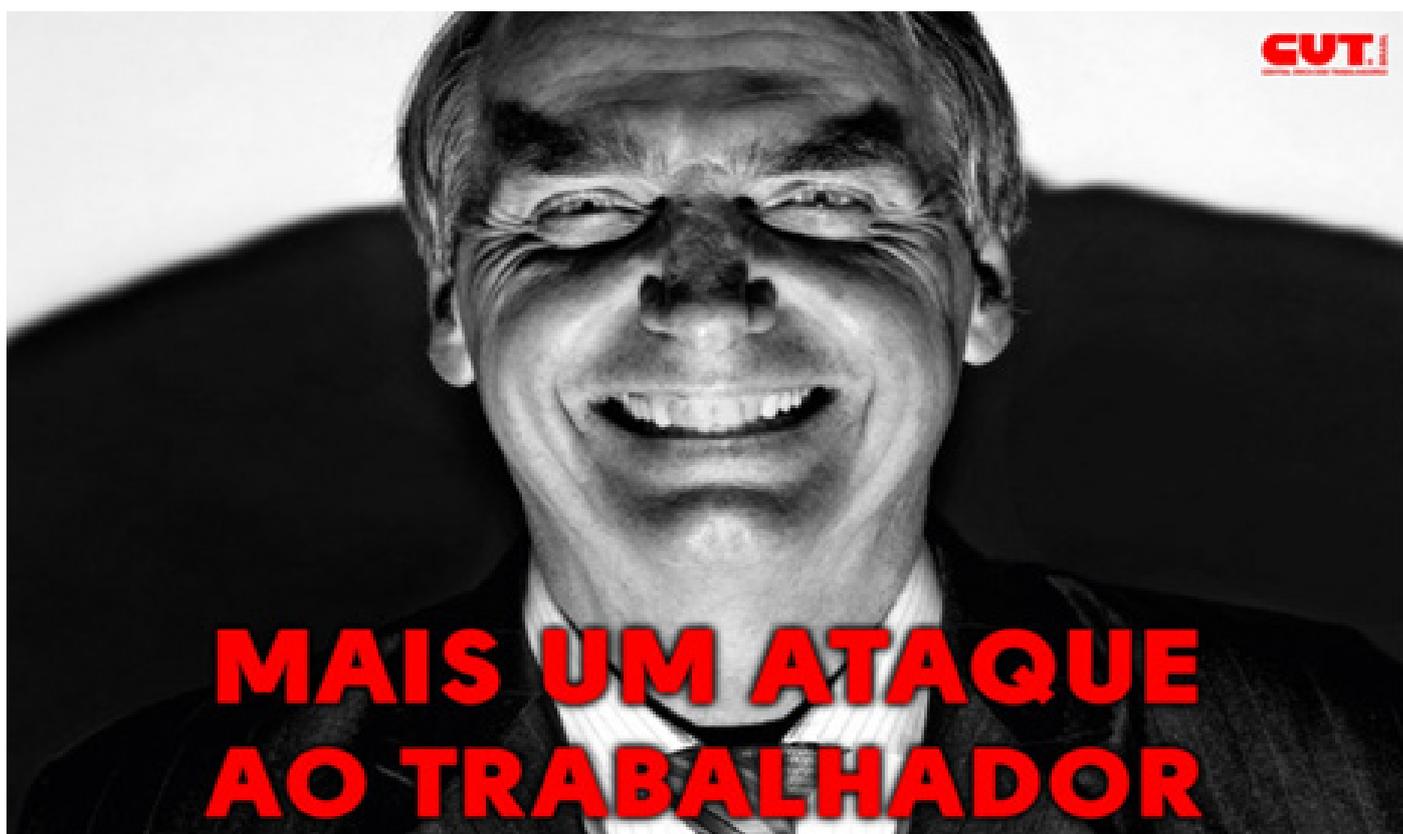
“O abraço, neste momento de pandemia, também mostra a necessidade do povo, do país, que precisa de atenção e acolhida pelos bancos públicos. Se não fossem os bancos públicos, a crise econômica e sanitária, a situação de desemprego e de falência de empresas estariam ainda pior”, disse a coordenadora do Grupo de Trabalho em Defesa dos Bancos, Fernanda Lopes, que é secretária de Juventude da Contraf-CUT e funcionária do Banco do Brasil.

“É uma campanha em defesa de todos os bancos públicos brasileiros, que são lucrativos e contribuem para o desenvolvimento econômico e social do país”, completou.

FONTE: CONTRAF

Bolsonaro quer acabar com o abono salarial do PIS/PASEP para aumentar Bolsa Família

A ideia do governo, que se especializou em exterminar direitos, é usar o dinheiro do abono para aumentar o valor do Bolsa Família



O presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL), especialista em extermínio de direitos, que não tem propostas de políticas sociais voltadas para a população mais carente, nem para aquecer a economia e gerar emprego e renda, quer acabar com o pagamento anual do abono salarial do PIS/Pasep.

A ideia do governo é extinguir o abono para aumentar o valor médio do Bolsa Família de R\$ 190 para R\$ 300, mudar o nome do programa criado pelo ex-presidente Lula e tentar conquistar mais votos dos brasileiros mais pobres nas eleições presidenciais de 2022.

O abono salarial do PIS/PASEP paga até um salário mínimo (R\$ 1.100 atualmente) por

ano a cerca de 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras formais com salários de até dois salários mínimos por mês.

O Programa de Integração Social (PIS) foi instituído em Lei em 1970, é destinado a trabalhadores da iniciativa privada que têm carteira assinada e usa recursos captados por uma contribuição mensal feita pelos empregadores ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Já o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), pago a trabalhadores de empresas públicas, foi criado por meio de Lei Complementar no mesmo ano.

Tira da boca de um pobre para dar a um paupérrimo

Ao acenar com a possibilidade de acabar com o abono salarial do PIS/PASEP Bolsonaro faz o que disse em setembro do ano passado que jamais faria: tira da boca de um pobre para dar a um paupérrimo.

E quem estimula Bolsonaro a fazer mais uma maldade com os que mais precisam são os técnicos da equipe econômica do Ministério da Cidadania, segundo reportagem do UOL. Eles têm dito a Bolsonaro que a extinção do abono salarial garantiria pelo menos mais R\$ 20 bilhões ao orçamento do Bolsa Família, atualmente em R\$ 35 bilhões. Com R\$ 55 bilhões, o governo conseguiria criar um novo programa social com valor médio do benefício de R\$ 300, como o presidente disse a uma rádio que pagaria, sem falar com os técnicos do Ministério da Economia, que foram surpreendidos com o novo valor, e, com isso, melhorar a baixa popularidade do presidente, especialmente entre os mais pobres, vítimas do desemprego, da carestia e da falta de investimentos do governo federal.

O aumento do valor médio do Bolsa Família depende de aprovação do Congresso. Entretanto, a decisão do governo de prorrogar o auxílio emergencial por até três meses garantirá os recursos necessários para pagar um benefício com valor médio de R\$ 300 ainda em 2021.

Isso ocorre porque 10 milhões de beneficiários do Bolsa Família estão recebendo o auxílio emergencial. Com a prorrogação, o governo economiza recursos do programa social, que podem bancar o aumento do valor médio do benefício.

Fila de espera no Bolsa Família

O governo Bolsonaro criou a fila de espera de famílias que precisam do Bolsa Família, se inscreveram, provaram que têm direito, mas não receberam nada, nem o Bolsa nem o auxílio emergencial de, em média, R\$ 375, pagos durante a pandemia do novo coronavírus.

Atualmente, o programa atende cerca de 14,6 milhões de famílias. O governo pretende ampliar para a cobertura para cerca de 17 milhões ou 18 milhões de famílias.

Fonte: CUT

CUT repudia proposta de extinção do abono salarial do PIS/PASEP

Em nota divulgada nesta quinta, CUT critica proposta do governo e diz que acabar com o abono do PIS/PASEP para repassar recursos para outro programa é redistribuir pobreza



Em nota divulgada nesta quinta-feira (17), a Direção Executiva Nacional da CUT critica proposta do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) de acabar com o abono salarial do PIS/PASEP para aumentar o valor médio pago aos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Para a CUT, o que o governo está fazendo é redistribuição de pobreza com sua política econômica que, ao invés de liderar o desenvolvimento social e econômico, é recessiva, de desmonte da estrutura do estado,

com piora nos indicadores sociais.

“A CUT defende o fortalecimento das políticas de mercado de trabalho que promovam a melhoria da renda por meio da geração de

empregos e de oportunidades de trabalho decente, com direitos trabalhistas protegidos e efetivamente implementados”, diz trecho da nota.

Confira a íntegra da nota da CUT

A CUT repudia a proposta de extinção do abono salarial do PIS/PASEP, que vem sendo estudada pelo governo de Jair Bolsonaro, que quer repassar recursos para outro programa social.

Para a CUT, essa proposta, que ressurgiu frequentemente no debate público, nada mais é do que redistribuição da pobreza, é tirar de quem é pobre a pretexto de dar a quem é igualmente miserável.

A Central entende que a proposta revela a falta de coragem e vontade política deste governo em evitar o crescimento da pobreza por intermédio de uma política econômica de geração de empregos e da redistribuição da renda que se acumula na mão dos já muito ricos.

O abono salarial do PIS/PASEP é uma importante política que evita a pobreza entre a classe trabalhadora, pois beneficia a cerca de 23 milhões de pessoas, que recebem em média 1,4 salários mínimos, com benefícios de, no máximo, um salário mínimo por ano. Esse contingente de beneficiários representa mais de um terço de todos os trabalhadores e trabalhadoras com empregos formais no país.

Estudos constataram que o abono reduz em 20% o grau de concentração dos rendimentos do trabalho formal, contribuindo para uma menor desigualdade de renda. Além disso, tem efeito positivo para a economia, pois cada R\$ 1 real pago gera aumento de R\$ 1,06 no Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Ao contrário da extinção do abono salarial do PIS/PASEP, a CUT defende o fortalecimento das políticas de mercado de trabalho que promovam a melhoria da renda por meio da geração de empregos e de oportunidades de trabalho decente, com direitos trabalhistas protegidos e efetivamente implementados.

A política econômica do governo, ao invés de liderar o desenvolvimento social e econômico, continua sendo recessiva, de desmonte da estrutura do estado, com piora nos indicadores sociais.

A CUT também defende a imediata concessão de um auxílio emergencial de R\$ 600 durante o período de pandemia e o fortalecimento permanente de programas de renda para a população excluída do emprego.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador, que custeia o abono salarial, deveria usar plenamente seus recursos com a finalidade de apoiar a geração de empregos, reforçando seus programas de crédito à atividade produtiva, formação e qualificação, intermediação de mão-de-obra, entre outros.

Para a CUT, o financiamento dos programas sociais deve vir da ampliação do gasto público e da tributação dos muito ricos, com aumento nos impostos sobre o capital, a grande propriedade, as grandes fortunas e heranças, bem como a revisão das desonerações e renúncias tributárias.

Direção Executiva Nacional da CUT

Plenário começa julgamento sobre ultratividade de acordos coletivos de trabalho

Todos os processos que tratam da matéria estão suspensos por decisão do relator, ministro Gilmar Mendes.



O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, nesta quinta-feira (17), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 323, que discute a ultratividade de normas coletivas, situação em que cláusulas de acordos e convenções coletivos, com validade já expirada, são incorporadas aos contratos individuais de trabalho, até que outra norma coletiva sobrevenha. Após a leitura do relatório pelo ministro Gilmar Mendes e as manifestações de partes e dos interessados, o julgamento foi suspenso e continuará em data a ser determinada.

A ação foi ajuizada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) para questionar a Súmula 277 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que mantém a validade das cláusulas nos contratos vigentes e nos novos, e considera

que só poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva. Em outubro de 2016, o relator concedeu medida cautelar para suspender todos os processos e os efeitos de decisões no âmbito da Justiça do Trabalho que discutam a matéria.

Direitos essenciais

Em nome de diversas entidades sindicais de trabalhadores, o advogado José Eymard Loguercio observou que a ultratividade é central para a valorização da negociação coletiva e para conferir segurança jurídica aos trabalhadores nesse processo. Sem essa possibilidade, afirmou, a cada data-base, as negociações teriam de ser retomadas do zero, o que aumentaria conflitos entre empregados e empregadores na formulação de novo acordo.

A advogada Zilmara David de Alencar, também representando entidades sindicais de trabalhadores, argumentou que a ultratividade decorrente de negociações coletivas é necessária para a harmonia das relações de trabalho. Segundo ela, a Súmula 277 do TST é essencial para a pacificação de conflitos, a valorização da negociação coletiva e o respeito à autonomia coletiva no âmbito das relações de trabalho.

FONTE: STF

Centrais sindicais promovem atos em locais de trabalho um dia antes do 19J

Serão realizadas assembleias, paralisações e panfletagens ao longo do dia para dialogar com trabalhadores e também reforçar a convocação para os atos de sábado marcados já para mais de 300 cidades



Seis centrais sindicais promovem hoje (18) uma série de atos em diversos locais de trabalho. A ação está no âmbito das manifestações marcadas para o sábado, o #19J, em cerca de 320 cidades em todo o país. Vão cobrar, principalmente, vacina para todos, auxílio emergencial de R\$ 600, além de defesa do emprego e da renda, combate à fome e à carestia e o “Fora Bolsonaro”.

Nesta sexta serão realizadas assembleias, paralisações e panfletagens ao longo do dia. O objetivo é conversar com os trabalhadores sobre a situação do país e o descaso do governo Bolsonaro na área social e, particularmente, no combate à pandemia. A partir das 7h, os presidentes das entidades participarão de ato na portaria da MWM, em Jurubatuba, na zona sul paulistana. Eles vão falar também

sobre a agenda trabalhista no Congresso e a importância do respeito a protocolos sanitários.

Centrais farão protestos no dia 18 e apoiam manifestações do 19J

Em artigo conjunto publicado pelo Poder360, os sindicalistas afirmam que “o governo federal não tem qualquer controle sobre a crise sanitária instalada pela pandemia. Suas escolhas são responsáveis por milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas se o presidente tivesse adotado as medidas de prevenção e proteção à vida, preconizadas pela ciência, medicina e OMS, e atuado para produzir e comprar vacinas”. Assinam Sérgio Nobre (CUT), Miguel Torres (Força Sindical), Ricardo Patah (UGT), Adilson Araújo (CTB), José Reginaldo Inácio (Nova Central) e Antonio Neto (CSB).

Vida, empregos e democracia

Os dirigentes reafirmam que, para as centrais sindicais, a prioridade é a defesa da vida, dos empregos e da democracia: “Vacina para todos já continua sendo uma urgência”. Defendem também a extensão do auxílio emergencial até o fim da pandemia e com valor de R\$ 600. “Propomos que os empregos e salários sejam protegidos e as micro e pequenas empresas tenham o apoio necessário do Estado para resistir ao travamento da atividade econômica. Essas medidas precisam estar ativas enquanto durar a pandemia”, acrescentam. “Por isso, com todos os cuidados sanitários, faremos em 18 de junho atos nos locais de trabalho para apresentar nossa pauta e propostas.”

Os presidentes das centrais dizem também não ser possível aceitar passivamente as quase 500 mil mortes já causadas pela pandemia no país. “O governo federal, com seu negacionismo, é responsável pela intencional descoordenação no enfrentamento da crise sanitária e econômica, pela carestia, pela fome e pelos extensos desmontes de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, segurança, ciência, cultura, pesquisa, proteção social, entre outras. Diante das mortes, do desgoverno, dos ataques ao Estado Democrático de Direito, as centrais sindicais afirmam: Basta! E declaram: Fora Bolsonaro!”

Reforma administrativa

As centrais mobilizam-se também contra temas estratégicos que tramitam no Congresso Nacional, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, a da “reforma” administrativa. O projeto acaba com a estabilidade e outros direitos, além de abrir caminho para privatização. Também acompanham o processo de privatização da Eletrobras e de outras empresas públicas.

“É fundamental articular capacidade política capaz de recolocar o país na trajetória de um projeto de desenvolvimento que incremente a produtividade de toda a economia, gere

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

empregos de qualidade e promova o aumento da renda do trabalho; que combata todas as formas de desigualdades, a pobreza e a miséria. Um projeto de desenvolvimento orientando pela justiça social e sustentabilidade ambiental, por um Estado forte com efetividade para o investimento econômico e social”, diz o artigo conjunto.

Sábado #19J

A ação das centrais sindicais nos locais de trabalho vai reforçar o chamado para o sábado (19) de atos espalhados para todo o país. “Na data, também divulgaremos a manifestação nacional que apoiamos e ajudamos a convocar para 19 de junho. Nas ruas, com todos os cuidados sanitários, vamos afirmar nosso Basta!”, dizem. De acordo com os organizadores das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, as manifestações chamadas de ‘#19J’ devem superar as ocorridas no mês passado. Pelo menos 319 cidades, no país e no exterior, já confirmaram atos.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quinta (17) que as manifestações são uma convocação da sociedade “para protestar contra o desgoverno e contra o genocídio. A sociedade começou a andar”. Já o coordenador da Central de Movimentos Populares (CMP), Raimundo Bonfim, afirma que todos aqueles que defendem a democracia e combatem as desigualdades “não suportam esse governo” e devem participar do #19J. “Está havendo um levante. O país se aproxima da perda de 500 mil vidas pela covid-19. Bolsonaro é o grande responsável, por não ter adquirido as vacinas no momento adequado”, afirmou, em entrevista ao Jornal Brasil Atual.

FONTE: RBA

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF